



Número: **0800416-49.2019.8.15.0171**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Esperança**

Última distribuição : **12/04/2019**

Valor da causa: **R\$ 8.775,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FRANCISCO JOSE DA COSTA (AUTOR)		ALFREDO PINTO DE OLIVEIRA NETO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
36292874	05/11/2020 13:27	<a href="#">Termo de Audiência</a>	Termo de Audiência
36292877	05/11/2020 13:27	<a href="#">0800416492019</a>	Termo de Audiência
36784603	18/11/2020 10:48	<a href="#">Ciente da Sentença</a>	Petição
36831178	19/11/2020 08:16	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
36831179	19/11/2020 08:16	<a href="#">ALVARÁ PERITO DPVAT - 11 PROCESSOS</a>	Alvará

**Poder Judiciário da Paraíba**



**1ª Vara Mista de Esperança**  
**Rua Nelson Andrade Oliveira, 800, Nova, ESPERANÇA - PB - CEP: 58135-000**  
**ESPERANÇA**  
**( )**

**TERMO DE AUDIÊNCIA**

Processo: 0800416-49.2019.8.15.0171  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Data e hora de realização: 2020-11-05 13:26:03.037  
AUTOR: FRANCISCO JOSE DA COSTA  
Advogado do(a) REU: SUELIO MOREIRA TORRES - PB15477





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE ESPERANÇA  
1ª VARA

PROCESSO: 0800416-49.2019.8.15.0171

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos 4 de novembro de 2020, nesta cidade de Esperança, Estado da Paraíba, na sala de audiências desta Vara, pelas 11h, perante a Dra. PAULA FRASSINETTI NOBREGA DE MIRANDA DANTAS, MMª Juíza de Direito em substituição nesta Vara, foi aberta a audiência nos autos da ação acima citada. Feitos os pregões de estilo, porteiro dos auditórios, verificou-se o seguinte:

PRESENTES À AUDIÊNCIA

Promovente FRANCISCO JOSE DA COSTA, acompanhado do advogado Dr. Alfredo Pinto de Oliveira Neto, OAB/PB 17753

Promovido, representado pelo preposto Abel Carlos Paiva Martins (CPF 395.686.524-34), acompanhado da advogada Natália Martins Vasconcelos, OAB/PB 23637

RESUMO DOS ACONTECIMENTOS

Iniciados os trabalhos, as partes informaram que não tinham outras provas a produzir e intimadas a se manifestarem sobre o laudo, não apresentaram oposição. Registra-se, ademais, que nenhuma das partes indicou assistente técnico para acompanhar a perícia. Assim, inexistindo nos autos qualquer elemento que possa contrariar o laudo produzido nesta oportunidade, homologo-o. Por fim, as partes apresentaram razões finais remissivas. Em seguida, foi prolatada sentença de PROCEDÊNCIA PARCIAL em termo próprio, da qual foram intimadas as partes. Nada mais havendo a tratar, determinou-se o encerramento do presente termo, que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos os presentes. Eu, a própria juíza, o digitei.

PAULA FRASSINETTI NOBREGA DE MIRANDA DANTAS  
Juíza de Direito

Promovente Francisco Jose da Costa Advogado Alfredo Pinto de Oliveira Neto

Promovido Abel Carlos Paiva Martins

Advogado Natália Martins Vasconcelos

Oficial(a) de Justiça AD



**CARTA DE PREPOSIÇÃO**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/001-04, pelo presente instrumento e na melhor forma de direito, nomeia e constitui como **PREPOSTO (A)** ABEL CARLOS PAIVA MARTINS, brasileiro (a), portador (a) do CPF nº 395 686 524 34 podendo o mesmo responder nesta qualidade a todos os termos do Processo nº 0800416-4920198150171 que tramita no (a) 1ª VC ESPERANCA/PB.

João Pessoa-PB, 01 de janeiro de 2020.

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A**

  
Suelio Moreira Torres  
OAB/PB 15.477



**SUBSTABELECIMENTO**

Pelo presente instrumento, substabeleço, com reservas de iguais para mim, na pessoa do Dr. (a) NATÁLIA MARTINS VASCONCELOS, os poderes que me foram outorgados pela **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/001-04, nos autos da ação de cobrança nº 0800416-49.2019.8150171 em tramitação no cartório do (a) 1ª VC ESPERANÇA / PB, movida por FRANCISCO ROSE DA ROCHA, vedado os poderes para receber intimações.

João Pessoa-PB, 01 de janeiro de 2020.

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT S.A**

  
Suello Moreira Torres  
OAB/PB 15.477



PROCESSO Nº 0800476-49 2019-8-15-0771

**LAUDO MÉDICO PERICIAL- DPVAT**

PERITO  
Carlos Alberto Figueiredo Filho  
Perito Médico  
CRM-PB 5379

Nome completo da vítima: FRANCISCO JOSÉ DA COSTA

CPF: 192.814.228-22

Endereço completo: \_\_\_\_\_

**Informações do acidente**

Local: MONTAÑAS - PUTIMANA

Data do Acidente: 06/02/2017

**Concordância com a realização da avaliação médica**

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na 1ª Vara Cível ou JEC da Comarca de ESPERANÇA.

Esperança - PB, 04 / 11 / 2020.  
Carlos Alberto Figueiredo Filho

Perito Médico  
CRM-PB 5379

Assinatura da vítima

*Francisco José da Costa*

**Avaliação Médica**

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(regiões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s)?

7 COLUMNA VENTRAL  
SEGMENTO TORÁCICO + OMBRO ESQUERDO

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico, hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

FRATURAS DE T5 E T6 TIPO A + FRATURA OMÓPLATA ESQUERDA.  
TATUAGEM CIRÚRGICA ANTIODEJE COLUMNA TORÁCICA COM NASTE METÁLICA  
T4, T5, T7 E T8: \* LERNO OMBRO ESQUERDO COM APLICAÇÃO PARA MEMBRO SUPERIO

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

ESQUINHO  
BA DEFICITE  
MOTON E  
FORÇA



a) ☐ disfunções apenas temporárias

Em caso de dano anômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptíveis a tratamento como sendo gerador(es) de dano(s) anômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, afirmar a sua graduação:

a) ☐ Total

(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima)

b) ☒ Parcial

(Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ **Parcial Completo** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ **Parcial Incompleto** (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, §1º do art. 74 com relação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu em cada segmento corporal acometido.

### Segmento anatómico

**Marque aqui o percentual**

2º Lesão  
MEMBRO SUPERIOR ESQUERDO ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

3º Lesão  ☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4º Lesão ☒ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo acordo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentado:

**Local e data da realização do exame médico:**

**Esperança - PB, 04 / 11 / 2020.**

Carlos Alberto Figueiredo Filho  
Parito Médico  
CRM-PB 5379

**Dr. Carlos Alberto Figueiredo Filho**  
**Perito Medico – CRM: 5379**







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE ESPERANÇA  
1ª VARA

Processo nº 0800416-49.2019.8.15.0171

SENTENÇA:

**EMENTA:** AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL À GRAVIDADE DA LESÃO. PERÍCIA JUDICIAL COM CONCLUSÃO DIVERSA DA ADMINISTRATIVA. DEVIDA A COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR PAGO ADMINISTRATIVAMENTE. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

*Vistos etc.*

Junte-se aos autos em epígrafe, independente de conclusão.

Trata-se de **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA** ajuizada por **FREANCISCO JOSE DA COSTA** contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, ambos devidamente qualificados nos autos, objetivando a complementação de valor referente à indenização do seguro obrigatório DPVAT, em virtude de acidente de trânsito, o qual lhe acarretou incapacidade parcial permanente.

A promovida apresentou contestação aduzindo que o valor devido já foi quitado administrativamente, não havendo mais o que se indenizar.

Na audiência una realizada nesta data, foi realizada a perícia, que concluiu pela incapacidade parcial permanente, consistente na restrição de 75% (setenta e cinco por cento) de segmento torácico da coluna vertebral e de 50% (cinquenta por cento) de membro superior esquerdo. As partes informaram que não tinham outras provas a produzir e requereram o julgamento antecipado do mérito.

**É o relatório. Decido.**

A Lei 6.194/1974 instituiu no sistema jurídico brasileiro o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, mais conhecido como DPVAT. Trata-se de um seguro especial de acidentes pessoais voltado para as pessoas, transportadas ou não, eventualmente lesionadas por veículos em circulação.

É, na verdade, uma espécie de seguro social, visto que se destina a



proteger a sociedade como um todo, assegurando a qualquer um que assumir a posição de vítima em acidente automobilístico o direito à indenização. De acordo com as lições de Sérgio Cavalieri Filho<sup>1</sup>, o segurado é sempre indeterminado, sendo conhecido somente no momento da ocorrência do sinistro, daí porque a natureza do seguro DPVAT é diversa da dos demais seguros.

De acordo com a lei mencionada, é devida a indenização mesmo que o sinistro seja provocado por veículo não identificado, desconhecido, com seguro vencido, prêmio não pago ou ainda que reste clara a culpa exclusiva da vítima, porquanto se identifica com uma garantia social universal e indistinta.

Nos termos do artigo 5º da Lei nº 6.194/74, “o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”

Destarte, para o pagamento da indenização respectiva, basta a comprovação do acidente e do dano decorrente, o que se encontra suficientemente provado nos autos, tanto que houve o pagamento administrativo da quantia entendida como correta.

No que concerne ao valor da indenização, todavia, é certo que se deve aplicar ao fato a norma em vigor na data do sinistro.

Quando do sinistro relatado nos autos, ocorrido em **06/02/2017**, não mais vigorava a Lei nº 6.194/74 em sua redação original, a qual previa a indenização por invalidez permanente no valor equivalente a até 40 (quarenta) salários mínimos, conforme se observava da redação do art. 3º, alínea “b”, da referida lei.

Deve-se aplicar ao caso concreto, portanto, a Lei nº 6.194/74 com as alterações promovidas pela Medida Provisória nº 340/2006, convertida na Lei nº 11.482/2007, e pela Medida Provisória nº 451/2008, posteriormente convertida na Lei nº 11.945/2009, com pagamento de indenização proporcional à invalidez parcial permanente sofrida pela vítima. A propósito, outro não tem sido o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, senão vejamos:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT. VALOR DA INDENIZAÇÃO DEVE GUARDAR PROPORCIONALIDADE COM A EXTENSÃO DA LESÃO E O GRAU DE INVALIDEZ. ACÓRDÃO RECORRIDO QUE MANIFESTOU ENTENDIMENTO DIVERGENTE DA JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. REFORMA. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O valor da indenização do seguro obrigatório DPVAT deve guardar proporcionalidade com a extensão da lesão e o grau de invalidez. (...)  
3. Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ, AgRg no AREsp 59.619/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2012, DJe 19/10/2012)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULO. DISSÍDIO

1 CAVALIERI FILHO, Sérgio. **Programa de responsabilidade civil**. 4º Ed. Rev. Ampl. e Atual. São Paulo: Malheiros, 2003, p. 153.



PRETORIANO. AUSÊNCIA DA DEMONSTRAÇÃO ANALÍTICA DA DIVERGÊNCIA. DPVAT. INVALIDEZ PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

(...) 3. A fixação da indenização a partir do grau de invalidez encontra-se em conformidade com o entendimento pacificado nesta eg. Corte de Justiça no sentido de que "é válida a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial" (REsp 1.101.572/RS, Terceira Turma, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 16.11.2010). 4. Agravo regimental desprovido. (STJ, EDcl no AREsp 66.309/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 26/06/2012, DJe 01/08/2012)

No mesmo sentido, citam-se os seguintes precedentes do Tribunal de Justiça deste Estado:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO DPVAT. PRELIMINARES DE ILEGITIMIDADE PASSIVA, AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL E CERCEAMENTO DE DEFESA. REJEIÇÃO DAS QUESTÕES PRÉVIAS. (...) MÉRITO. DEBILIDADE PERMANENTE. COMPROVAÇÃO PELA PROVA PERICIAL. DIREITO À PERCEPÇÃO DA VERBA CORRESPONDENTE. ESTIPULAÇÃO EQUÂNIME E FIXADA EM ATENÇÃO À RAZOABILIDADE. DIPLOMA NORMATIVO VIGENTE À DATA DO SINISTRO QUE VINCULA A INDENIZAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO. VALOR A SER APURADO COM BASE NO PISO SALARIAL EM VIGOR À ÉPOCA DO EVENTO DANOSO. PARTE DA SENTENÇA EM MANIFESTO CONFRONTO A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ART. 557, §1º-A DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. - Levando-se em consideração que a legislação em vigor na data do sinistro fixa o patamar a ser indenizado em caso de morte e invalidez permanente total, é de se considerar, para aferição do valor a que faz jus o autor, o grau de debilidade por este suportada. - Atestando o laudo pericial que do acidente decorreu grave debilidade permanente em membro inferior, é de se manter a sentença que estipulou a verba em atenção ao critério da razoabilidade e equanimidade. - Contudo, é de se reformar o decisum tão somente para que o quantum seja apurado com base no salário mínimo vigente à data do sinistro. Precedentes. (TJPB - Acórdão do processo nº 07520070025897001 - Órgão (TRIBUNAL PLENO) - Relator DES JOSÉ RICARDO PORTO - j. Em 13/08/2012)

APELAÇÃO CÍVEL AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT ACIDENTE DE TRANSITO PROCEDÊNCIA IRRESIGNAÇÃO MÉRITO MINORAÇÃO DO VALOR ARBITRADO APLICAÇÃO DO PERCENTUAL DEFINIDO NA TABELA LEI 6.194/74 REFORMA PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. Em situações de invalidez parcial, é correta a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPI 4T Interpretação do art. 3º h da lei 6.194/74. (TJPB - Acórdão do processo nº 00420100003575001 - Órgão (3 CAMARA CIVEL) - Relator DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES - j. em 17/07/2012)

Na situação dos autos, restou comprovado que a lesão provocou uma incapacidade parcial/dano anatômico consistente na restrição de 75% (setenta e cinco por



cento) de segmento torácico da coluna vertebral e de 50% (cinquenta por cento) de membro superior esquerdo, conforme perícia juntada aos autos nesta data.

Destarte, a indenização devida ao autor deve ser proporcional à lesão sofrida, correspondendo, portanto, a 75% (setenta e cinco por cento) e a 50% (cinquenta por cento) do equivalente à perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral – exceto o sacral – e de um dos membros superiores, nos exatos termos do artigo 3º, § 1º, da lei em comento. Os percentuais deverão ser somados, respeitando-se o teto indenizatório previsto na lei. **No caso, o valor da indenização corresponde a R\$ 7.256,25 (sete mil, duzentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).**

Compulsando os autos, verifica-se que apenas parte do valor foi quitado administrativamente (R\$ 4.725,00), sendo, por isso, devida a sua complementação.

Ante o exposto, **julgo parcialmente procedente** a pretensão autoral e **condeno** a Promovida a pagar ao Promovente a **importância correspondente a R\$ 2.531,25 (dois mil, quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos)**, devidamente corrigida pelo INPC desde a data do fato (06/02/2017)<sup>2</sup> e acrescida de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação<sup>3</sup>.

Por fim, **condeno** a suplicada nas custas processuais e nos honorários advocatícios, estes fixados em 15% sobre o valor da condenação.

Certificado o trânsito em julgado e havendo o pagamento espontâneo da condenação, **expeça(m)-se** o(s) respectivo(s) alvará(s), **arquivando-se** os autos em seguida; na hipótese de ausência do pagamento espontâneo ou de requerimento para cumprimento da sentença no prazo de 15 (quinze) dias, **intime-se** a parte autora para se manifestar sobre este último no mesmo prazo. Decorrido *in albis* tal prazo, **arquivem-se** os autos.

Por fim, **expeça-se** alvará para levantamento dos honorários periciais, caso já depositado nos autos.

Sentença publicada em audiência e dela intimados os presentes.

Esperança/PB, 4 de novembro de 2020.



Paula Frassinetti Nóbrega de Miranda Dantas  
**Juíza de Direito**

<sup>2</sup> Súmula 580 do STJ.

<sup>3</sup> Súmula 426 do STJ.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA MISTA DA  
COMARCA DE ESPERANÇA - PB.**

**Proc. nº 0800416-49.2019.8.15.0171**

**FRANCISCO JOSÉ DA COSTA**, amplamente já qualificado, no autos do processo em epigrafe, que move contra **SEGURADORA LÍDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, através de seu advogado que esta constituído através de Instrumento de Procuração em anexo, vem, mui respeitosamente, perante V. Exa., **COMUNICAR** que está **ciente do teor da Sentença (Id. 36292877)** proferida por este Juízo, e que não tem interesse em recorrer, e nesse momento **renúncia o direito de recurso e o prazo recursal**.

Havendo o transito em julgado dos autos, deve ser intimado a parte adversa para que cumpra a sentença de forma voluntária, sob pena de iniciação da execução e penhora de bens.

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Campina Grande – PB, 18/11/2020.

***ALFREDO PINTO DE OLIVEIRA NETO***  
***ADVOGADO – OAB/PB Nº 17753***





**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
1ª Vara Mista de Esperança**

---

PROCESSO Nº 0800416-49.2019.8.15.0171

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Seguro]

AUTOR: FRANCISCO JOSE DA COSTA  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo (alvará).

1ª Vara Mista de Esperança-Pb, 19 de novembro de 2020.

**ROBERTA ARRUDA SILVEIRA LIMA BARBOSA**

Analista Judiciária





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE ESPERANÇA**  
**Juiz do(a) 1ª Vara Mista de Esperança**  
Rua Nelson Andrade Oliveira, 800, Nova, ESPERANÇA - PB -  
CEP: 58135-000  
Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581



**ALVARÁ JUDICIAL REFERENTE AOS  
PROCESSOS Nºs:**

0800543-55.2017.8.15.0171; 0802020-45.2019.8.15.0171;  
0800305 31.2020.8.15.0171; 0801590-93.2019.8.15.0171;  
0800149-77.2019.8.15.0171; 0800416-49.2019.8.15.0171;  
0800256-87.2020.8.15.0171; 0800720-82.2018.8.15.0171;  
0803926-66.2017.8.15.0001; 0800474-18.2020.8.15.0171;  
0800108-76.2020.8.15.0171.

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) PAULA FRASSINETTI NOBREGA DE MIRANDA DANTAS, Juiz(a) de Direito do 1ª Vara Mista de Esperança, no uso de suas atribuições legais, conforme despacho/sentença de Id, proferido nos autos dos processos acima referenciados, AUTORIZA o BANCO DO BRASIL, pelo presente alvará, a PAGAR ao(à) Sr(a). **CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO FILHO**, CPF n.º 028.064.534-10, a quantia de **R\$ 2.200,00 (dois mil e quatrocentos reais)**, acrescida de juros e correção monetária, que se encontra depositada nessa instituição financeira, referente a guia que segue abaixo, mediante **crédito na conta bancária** a seguir identificada:

**NUMERO E NOME DO BANCO:** BANCO 748 – SICRED S/A

**NUMERO DA AGÊNCIA:** 2201

**NÚMERO DA CONTA:** 44262-3

**O MONTANTE ENCONTRA-SE DISTRIBUÍDO NAS CONTAS JUDICIAIS NºS (R\$ 200,00 – duzentos reais em cada):** 3900130040582 - 2300115897472 - 30000122405903 - ID 081230000006023507 - ID 081230000006019330 - ID 081230000006069981 - 3500126751494 – ID - 081230000006017744 - 400110494428 - 2300115897471 - ID 081230000006070041.

Deve a aludida instituição financeira proceder em conformidade com a legislação em vigor, dispensada a apresentação de via impressa deste alvará com assinatura física do Juiz, devendo ser verificada a autenticidade desta ordem judicial através do sítio "<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>", bastando, para tanto, ser fornecido o código numérico que se encontra no rodapé deste documento (código de barras). O QUE CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Dado e passado nesta cidade de ESPERANÇA-PB, e emitido em 5 de novembro de 2020. O presente documento foi redigido pelo(a) servidor(a) ROBERTA ARRUDA SILVEIRA LIMA BARBOSA, Analista Judiciário, e assinado eletronicamente pelo(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito abaixo discriminado(a).

**PAULA FRASSINETTI NOBREGA DE MIRANDA DANTAS**  
**Juiz(a) de Direito**

1- Havendo coincidência do número do processo, do CPF e do nome da parte beneficiária, eventual divergência em relação ao órgão jurisdicional (juizado) no campo "Órgão/Vara", deverá ser considerada mera irregularidade que não impedirá a liberação do alvará;  
2- O presente alvará somente será válido se enviado através do e-mail institucional oficial da unidade judiciária, conforme relação disponibilizada ao Banco do Brasil, em observância aos termos do Ato da Presidência nº 38/2019.

